

PRAIA, CABO VERDE
5-6 DEZEMBRO 2011



SAHEL AND
WEST AFRICA

Club



CLUB FORUM

ÁFRICA OCIDENTAL E BRASIL FRENTE AOS DESAFIOS DAS ENERGIAS RENOVÁVEIS

Conclusões

Organizado pelo Secretariado do Clube do Sahel e da África Ocidental (CSAO/OCDE);

Em colaboração com o Centro Regional para Energias Renováveis e Eficiência Energética (CEREEC/CEDEAO).



Versão original: Francês

1 CONTEXTO

Energias renováveis e eficiência energética

O desenvolvimento do sector da energia é uma questão importante para todos os países da África Ocidental, quer sejam importadores ou exportadores de petróleo. A falta de uma rede fiável para o fornecimento de electricidade constitui um obstáculo ao progresso na saúde e na educação, limita o crescimento das pequenas empresas, coloca problemas de processamento e armazenamento de produtos alimentares e impede a industrialização.

Na África Ocidental, o consumo de electricidade médio per capita é de 88 kWh por habitante, comparado com 563 kWh em toda a África e a média mundial de 2 596 kWh. Cerca de 20% das famílias têm acesso a electricidade, mas registram-se amplas discrepâncias entre as médias de acesso nas zonas urbanas (40%) e nas zonas rurais (6 a 8%). Os preços da energia também variam grandemente na África Ocidental, tanto entre a cidade e o país como entre os países. Existem desigualdades abruptas nos preços da

O FÓRUM

Foi neste contexto que o Clube do Sahel e da África Ocidental (CSAO) decidiu dedicar o seu Fórum de 2011 ao tema “West Africa and Brazil: addressing renewable energy challenges” (A África Ocidental e o Brasil: frente aos desafios das energias renováveis). Acolhido pelo Governo de Cabo Verde e organizado em conjunto com o Centro Regional do CEDEAO para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética (CERECEC), o fórum de dois dias reuniu cerca de 100 participantes, incluindo uma delegação brasileira.

O primeiro dia foi dedicado às relações entre a África e os seus parceiros emergentes, com especial destaque ao Brasil. Os trabalhos basearam-se nas conclusões do relatório de 2011 sobre Perspectivas Económicas para África, elaborado pelo centro de Desenvolvimento da OCDE, o Banco de Desenvolvimento Africano (AfDB) e a Comissão Económica das Nações Unidas para África (UNECA). O segundo dia foi dedicado às energias renováveis na África Ocidental, do ponto de vista das oportunidades de cooperação entre a região e o Brasil. Os debates contaram com a participação activa de parceiros de desenvolvimento e personalidades de alto nível de governos, parlamentos, organizações intergovernamentais, centros de investigação, organizações de agricultores, organizações da sociedade civil, sector privado e bancos de desenvolvimento regional.

Foi uma oportunidade para se reforçarem as relações institucionais e pessoais entre a África Ocidental, os seus parceiros tradicionais e o Brasil. É de vital importância aprofundar o diálogo, pelo que o Secretariado do SWAC continuará a contribuir para as discussões.

electricidade e nas tarifas energéticas em geral. A rede de distribuição é particularmente escassa nas zonas rurais, não estando ainda instalados sistemas de fornecimento de energia descentralizados. Apenas 5% das famílias têm acesso a gás ou querosene.

A maioria dos países africanos não adoptou ainda uma política de energias renováveis. Neste campo, os projectos são realizados em regime ad hoc, por ausência de fontes de financiamento sustentável. São implementados sem referência a estratégias nacionais de energia, que não existem ou estão obsoletas e, quando existem, tais políticas, normas e regulamentos não estão suficientemente desenvolvidos. É crucial que se desenvolva capacidade. A África Ocidental carece de informação, especialistas, instituições especializadas e dados sobre os recursos. Não é possível atingir nas próximas décadas o acesso à energia, a segurança energética e os objectivos relacionados com as alterações climáticas, sem que haja vultuosos investimentos em energias renováveis e no mercado energético. A cooperação Sul-Sul com o Brasil é uma grande oportunidade para avançar acções destinadas a ultrapassar estes desafios.

Parceiros emergentes

O advento das potências económicas emergentes e recentemente industrializadas constitui um dos mais notáveis desenvolvimentos da história recente da economia. O interesse destes países em África está a desempenhar um papel essencial na transformação social e económica do continente, sob a forma de parcerias, diversificação do comércio e dos investimentos; emergem novas formas de cooperação para o desenvolvimento; há transferência de tecnologia e intercâmbio de experiências; e discutem-se modelos de desenvolvimento.

Intensificou-se nos últimos anos a cooperação entre a África Ocidental e os seus parceiros emergentes, em particular o Brasil, podendo contribuir para o desenvolvimento da capacidade de energias renováveis na região. Em outubro de 2007, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e o Brasil assinaram um acordo de cooperação para apoio e implementação do programa regional de energia de biomassa (PRBE) da UEMOA. O Fórum especial CEDEAO-Brasil, realizado em julho de 2010, atribuiu uma dimensão acrescida à cooperação do Brasil com a região.

Embora continuem a predominar os parceiros tradicionais no investimento estrangeiro directo e na ajuda ao desenvolvimento oficial, é cada vez maior o envolvimento de países fora da OCDE em parcerias de cooperação para o desenvolvimento, apesar das suas próprias carências.

Avança o conceito de “cooperação horizontal”, pondo em evidência a cooperação técnica. A base de cooperação do país abrange vários sectores, como a agricultura, a saúde e a formação profissional. As energias renováveis - em especial os biocombustíveis - constituem outro campo importante em que o Brasil é o país mais avançado.

2 PRINCIPAIS MENSAGENS

Aumentar as parcerias regionais e os esforços de capacitação

O Fórum proporcionou aos atores da África Ocidental a oportunidade de reafirmarem o seu interesse em reforçar as relações de cooperação com o Brasil e outros parceiros emergentes. Os participantes salientaram em particular os seguintes aspectos:

- **A dimensão regional como veículo para o reforço de uma cooperação mutuamente benéfica.** Os países da África Ocidental têm muitos acordos com parceiros emergentes, nas áreas de economia, trocas comerciais e cooperação. As organizações regionais (CEDEAO e UEMOA) podiam intensificar os seus esforços para aumentar a dimensão regional destas relações. Uma abordagem regional constitui uma oportunidade de aproveitamento de um mercado alargado e políticas regionais ambiciosas, com o qual os parceiros emergentes podem contribuir.
- **Intercâmbio de experiências, desenvolvimento de capacidades e de instituições.** Países emergentes como o Brasil oferecem um significativo potencial para a partilha de conhecimentos e de tecnologia com a África Ocidental. Foi citada como exemplo a experiência do Brasil em bioenergia e diversificação energética em geral, bem como a incidência da sua pesquisa e desenvolvimento nas realidades locais.
- **Combinação de políticas públicas proactivas com a iniciativa privada.** O Brasil oferece um modelo de desenvolvimento em que políticas públicas proactivas reconhecem e encorajam a iniciativa e os investimentos privados. Isto se verifica particularmente na área de energias renováveis. Para atingir o equilíbrio ideal entre estas duas componentes inseparáveis de desenvolvimento, a África Ocidental pode colher grandes benefícios da experiência do Brasil, no que diz respeito a governação e regulamentação, protegendo uma indústria emergente, etc.

Desenvolvimento com base na experiência da África Ocidental

Ao longo dos últimos trinta anos, a África Ocidental acumulou um considerável repositório de conhecimentos, experiências e êxitos. A eficiência energética da biomassa é um exemplo importante (melhoria das condições de habitação) do avanço da região, em particular o Sahel, relativamente a outras zonas de África. Há ainda muitas outras experiências e iniciativas no desenvolvimento de biocombustíveis, energia solar, produção de biogás, produção de energia a partir dos resíduos municipais e transformação dos resíduos agrícolas em combustível. De 2003 a 2009, o CILSS executou um programa que obteve êxito na prestação de ajuda aos países do Sahel na definição e implementação de políticas sobre eficiência energética e alternativas à energia de biomassa (*Programa para a Promoção das Energias Domésticas Alternativas no Sahel* – PREDAS). Em 2001, a UEMOA adoptou uma política energética comum e, em 2006, uma visão estratégica

para a produção de energia de biomassa para o desenvolvimento sustentável, para ajudar os países-membros a implementarem estratégias nacionais de energia de biomassa com base num *Plano de Acção Comum*. Em 2006, a 29ª Cúpula de Chefes de Estado e de Governo dos 15 países da CEDEAO aprovaram um *Livro Branco sobre a política regional para o acesso a serviços energéticos nas comunidades rurais e suburbanas*. Esta iniciativa prevê que 20% dos novos investimentos em geração de eletricidade deveriam ter base nos recursos renováveis localmente disponíveis, a fim de alcançar a autossuficiência, reduzir a vulnerabilidade e garantir o desenvolvimento sustentável. Em 2008, a 61ª Sessão do Conselho de Ministros da CEDEAO determinou a criação do *Centro regional para as Energias Renováveis e a Eficiência Energética* (CEREEC). O Centro começou a operar em 2009 e foi oficialmente inaugurado em 2010. Vários países da África Ocidental já adoptaram políticas para o desenvolvimento de energias renováveis. Cabo Verde é o mais avançado, com o objectivo de suprir 50% das suas carências energéticas com energias renováveis, até 2020, estando em curso vultuosos investimentos em energia solar e eólica.

É a partir deste sólido repositório de experiência e iniciativas que a África Ocidental deseja aumentar a sua eficiência energética (as perdas de energia actuais ascendem a 50% no transporte de energia e a 95% no uso de lenha como fonte energética), aproveitando ao máximo o seu vasto potencial de energias renováveis, como a geração de energia hidroeléctrica, eólica, solar, geotérmica e de biomassa. Casos de êxito na produção de biocombustíveis em Burkina Faso, Mali e Nigéria podem servir de exemplo à intensificação do desenvolvimento do potencial da África Ocidental nesta área.

Consenso sobre governação

O Brasil é o líder mundial das energias renováveis, com mais de 30 anos de experiência. Neste país com 200 milhões de habitantes, as energias renováveis representam 45% do consumo energético total. Os progressos feitos em bioenergia são espectaculares, principalmente em biocombustíveis.

O Brasil aborda a bioenergia como uma combinação de necessidades, desafios e oportunidades. Esta abordagem baseia-se, em parte, na convicção de que a África Ocidental possui um extraordinário potencial para desenvolver uma economia de biocombustíveis altamente competitiva, que não fará concorrência à produção de bens alimentares. Salienta ainda que não existe nenhuma solução pronta a aplicar e que é necessário realizar estudos de viabilidade rigorosos, baseados no zoneamento dos potenciais e necessidades agro-ecológicos, antes de se conceberem e lançarem programas de bioenergia.

O Brasil já está a trabalhar activamente nesta fase, na África Ocidental. Ao abrigo do acordo com a UEMOA, realizou estudos de viabilidade sobre o desenvolvimento de biocombustíveis em dois países. Além de identificar as áreas mais propícias ao crescimento de culturas para geração de combustíveis, o estudo indica que um quadro regulamentar bem definido pode evitar barreiras jurídicas e técnicas ao desenvolvimento de biocombustíveis.

Cada estudo propõe também projectos baseados no conceito de sustentabilidade ambiental, social e económica. Relativamente às questões social e económica, a implementação dos projectos recomendados pode contribuir para o desenvolvimento local da região, através da criação de novos empregos e do consequente aumento dos rendimentos da população.

Para os investidores privados, a governança no sector de biocombustíveis e energias renováveis constitui um factor essencial para o desenvolvimento deste ramo da economia. Na África Ocidental, há bons exemplos de empresas que trabalham em parceria com associações de agricultores para produzirem biocombustíveis, para satisfação de todas as partes envolvidas. Com base nestes casos de êxito, os investidores privados salientaram o facto de não haver competição entre biocombustíveis e segurança alimentar.

Representantes de organizações de agricultores e da sociedade civil manifestaram algumas reticências, em parte ligadas também ao impreciso ou, até, ausente quadro jurídico e à falta de transparência nas transacções de aquisição de terras. O problema da posse da terra pelos investidores está a ter um impacto cada vez maior nas comunidades locais, que receiam ver agravada a sua situação pelo desenvolvimento do sector dos biocombustíveis. Subjacente a estas questões está o receio de que os biocombustíveis possam vir a competir com a segurança alimentar.

No entanto, o desenvolvimento da agricultura na África Ocidental requer combustíveis e energia para se mecanizar e para processar, transportar e vender os seus produtos. A longo prazo, não é desejável que continue a depender exclusivamente do petróleo, cujo preço tende a continuar a aumentar. O Mali tem planos para satisfazer, até 2013, 10% do consumo de diesel com biocombustível de produção local. É sobretudo por estas razões que os governos da África Ocidental e as respectivas organizações regionais apoiam uma abordagem pragmática, baseada em iniciativas de agricultores, identificação exacta dos riscos e oportunidades e um quadro jurídico adequado.

No Fórum houve consenso sobre a necessidade de se estabelecerem uma governança clara e transparente, com regras negociadas, reconhecidas e cumpridas por todas as partes interessadas

Embora o Fórum tenha estabelecido os termos do debate, será necessário que continuem as discussões sobre o desenvolvimento de bioenergia no futuro, tendo em conta as experiências positivas de África e, também, o contributo que a cooperação com o Brasil pode dar para a promoção do desenvolvimento sustentável nos países da África Ocidental. Tal processo terá necessariamente que envolver os agricultores, uma vez que serão eles a decidir se querem ou não lançar-se no sector dos biocombustíveis.

Políticas baseadas no diálogo e num quadro jurídico negociado

A prioridade deverá ser a adopção de políticas sãs para promover a produção sustentável e a utilização da bioenergia. Para isso, é necessário estabelecer fóruns de consulta, em que os agricultores, parlamentares, operadores económicos e a sociedade civil possam avançar as suas análises e pontos de vista para, em conjunto com as autarquias, ajudarem a formular políticas negociadas.

Essas políticas devem incluir um quadro regulamentar que leve em conta as preocupações com a segurança alimentar. Devem incluir também quadros de investimento estratégico que induzam à canalização de financiamento para as energias renováveis, juntamente com incentivos ao consumo deste tipo de energia. Este género de abordagem é possível apenas ao abrigo de parcerias público-privadas.

O processo de formulação de tais políticas deve assentar numa investigação técnica com robustez científica, que inclua estudos de impacto ambiental e social. Foi recomendado que os estudos de viabilidade sobre desenvolvimento sustentável de biocombustíveis – já em curso na área da UEMOA, com o apoio do Brasil – se estendessem a todos os países do CILSS e do CEDEAO. Houve também sugestões para que esses estudos fossem amplamente divulgados para fornecerem informações para o debate.

3 PERSPECTIVAS

A CEDEAO, a UEMOA e o CILSS, conforme mandatados pelos respectivos Membros e trabalhando em colaboração com os seus parceiros, incluindo o Brasil, continuarão a implementar uma agenda regional sobre energias renováveis e eficiência energética, na África Ocidental. Próximos passos:

- **Capitalizar os benefícios oferecidos pela experiência da África Ocidental em energias renováveis.** Um exercício vital que, coordenado pelo CEREEC-CEDEAO, irá gerar sinergias entre o CEDEAO, a UEMOA e o CILSS. O CEREEC organizará o Fórum Regional da CEDEAO para Bioenergia, em Bamako (19-22 de março de 2012), com o objetivo de iniciar um diálogo regional.
- **Um Observatório de Energias Renováveis na África Ocidental,** (CEREEC, outubro de 2012): proporcionar o acesso a dados científicos, análises, mapas e bases de dados sobre energias renováveis. O Secretariado do Clube e o CEREEC produzirão um Atlas Regional de Energias Renováveis.
- **Uma visita de agricultores da África Ocidental a agricultores brasileiros produtores de biocombustíveis,** organizada conjuntamente pelo Secretariado do Clube, o CEREEC e o ROPPA em colaboração com o Governo brasileiro (12-15 de março de 2012). O objetivo é ajudar os agricultores da África Ocidental a formularem a sua própria visão sobre os biocombustíveis.

Endereço postal CSAO/OCDE
2, rue André Pascal
F-75775 Paris, Cedex 16

Tel +33 (0)1 45 24 89 87

Fax +33 (0)1 45 24 90 31

E-mail swac.contact@oecd.org